

Som da Rua – Intervention Social avec des SDF via la culture et l’art

Sandra Mendes

(Sandra_Raquel_Mendes@iscte.pt)

Esta comunicação compila o resultado de uma investigação levada a cabo entre 2013 e 2014, que incidiu sobre a relação existente entre a cultura e arte e a intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo. O objeto de estudo que privilegiamos consiste no projeto Som da Rua, um projeto cultural e artístico promovido pelos Serviços Educativos da Casa da Música, cuja particularidade reside nos seus participantes – pessoas privadas de uma lar e excluídas socialmente. Iniciado em 2009, o Som da Rua tem como proposta de trabalho a construção de uma orquestra que visa através da intervenção cultural e artística a integração social, simbólica e cultural dos seus intervenientes. A sua origem partiu da ideia de trabalhar com músicos de rua, o que rapidamente encontrou um obstáculo, uma vez que enquanto estivessem no projeto não estariam a angariar dinheiro, fator que levou a reequacionar a população com quem trabalhar, priorizando pessoas em situação de sem-abrigo e pessoas fortemente isoladas e excluídas. Trata-se, então, de um grupo cuja variação assenta entre 15 a 30 indivíduos, maioritariamente constituído por homens, parcamente escolarizados, desvinculados de redes sociais horizontais.

A nossa motivação para o trabalho que empreendemos prende-se com um interesse pessoal relativo aos efeitos do uso das artes na vida social, bem como a uma exploração breve que levamos a cabo acerca dos impactos de projetos artísticos e culturais com pendor social, associada particularmente a uma população que se considera estar no limite das linhas de pobreza e exclusão social – os sem-abrigo. Deparamo-nos com uma escassez de trabalhos académicos acerca de cada uma destas dimensões, bem como da sua agregação. Em boa verdade, embora se denote uma raridade de estudos respeitante ao tema que elegemos para a nossa pesquisa, tal raridade não se tem verificado junto dos órgãos de comunicação social. São aliás, cada vez mais expressivas as notícias que dão conta da participação de populações fragilizadas socialmente em obras artísticas promovidas por instituições culturais consagradas.

As nossas linhas de orientação teórica seguem uma perspetiva em que o sem-abrigo se apresenta como uma categoria social vulnerável à pobreza, localizada no centro de uma relação dinâmica entre pobreza, desqualificação social, desinserção e exclusão

social. Se dermos atenção aos usuais planos de intervenção junto destas populações não teremos dificuldades em encontrar um privilégio das medidas de pendor económico e alegadamente profissional. Mas não teremos também dificuldades em depararmo-nos com as suas fragilidades, o que por outro lado leva a que as políticas públicas emanadas pelos estados nacionais quer pelos organismos internacionais (OCDE, UE, UNESCO) ganhem cada vez mais espaço no que respeita a uma intervenção na base de projetos culturais e artísticos de pendor social.

Advogando que o trabalho social por via da cultura, ao incidir sobre interesses frequentemente não ouvidos por parte dos agentes da sociedade civil, bem como sobre uma dimensão simbólica da existência humana, gera efeitos positivos sobre a individualidade de cada pessoa e por essa via sobre a sociedade, procuramos enquadrar-nos teoricamente sobre os impactos sociais das artes. Nas leituras que fizemos encontramos uma regularidade de consequências tais como a participação, o empoderamento, o acesso à cultura e numa perspetiva mais ampla a potencialização da inclusão social.

Neste sentido, e tendo sempre como perspetiva a captação dos significados que os indivíduos atribuem à sua ação levamos a cabo um estudo de caso assente no paradigma qualitativo, de lógica indutiva. Inspirados na metodologia de Bernard Lahire construímos retratos sociológicos, o que nos permitiu não só um melhor aproveitamento das entrevistas, mas também a compreensão mais profunda das singularidades disposicionais que compõem o habitus destes indivíduos.

De acordo com as estatísticas oficiais do INE, nomeadamente os Censos 2011, estimava-se existir à data da inquirição 696 indivíduos em situação de sem-abrigo em Portugal. A sua grande maioria localizada na região Norte e na região de Lisboa. Mais detalhadamente encontramos na área metropolitana de Lisboa e Porto cerca de 55% dos sem-abrigo identificados, e destes, 75% localizados nas cidades capitais das Áreas Metropolitanas. É então este um fenómeno bipolarizado, e embora quer em dimensão, quer em número de habitantes, a cidade do Porto seja bastante menor que a cidade de Lisboa, segundo os dados oficiais, encontramos mais sem-abrigo no Porto do que na capital.

Assumindo que as estatísticas oficiais não são reveladoras da realidade social portuguesa, tendo aliás sido alvo de crítica profundas por parte da opinião pública, aquando da publicitação dos censos, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa avançou com um programa Intersituações | Intergerações cujo resultado, datado de Fevereiro de 2014,

demonstrava a existência de 852 pessoas em situação de sem-abrigo só na cidade de Lisboa. São aliás estudos promovidos por instituições da sociedade civil, tais como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ou os Médicos do Mundo no Porto que é possível chegar a um perfil aproximado da pessoa sem-abrigo, cuja heterogeneidade se tem amplificado. Falamos, atualmente, em termos típicos, de homens adultos, com uma diversidade académica, apoio social reduzido, sem fontes de rendimentos, com menor expressão de problemas neuropsiquiátricos e /ou associados a comportamentos aditivos, mas maior expressividade de problemas cardiovasculares, diabetes, problemas pulmonares e doenças sexualmente transmissíveis. Embora as respostas sociais para este fenómeno se tenham multiplicado, em boa verdade não existe uma política pública eficiente e suficiente, pelo contrário, privilegiam-se as políticas públicas locais, o que dificulta a compilação das inúmeras respostas sociais existentes em Portugal. Ao mesmo tempo verifica-se um crescimento de respostas sociais por via da cultura e da arte levadas a cabo por instituições privadas e ainda do Estado.

A Casa da Música representa um projeto emblemático da Porto 2001, tendo sido inaugurada em 2005. Elege como princípios de missão a captação de novos públicos, a descentralização da oferta cultural e a sua internacionalização. Os seus serviços educativos têm a particularidade de pré-existirem à sua estrutura física. É um serviço direcionado a uma comunidade cada vez mais diversificada, contrariamente à sua origem focalizada no público escolar. Recorrendo a estudos recentes e ao discurso do coordenador dos serviços educativos, têm uma forte autonomia na delimitação das linhas de ação; apresenta uma oferta de atividades regulares e esporádicas. Nas atividades regulares temos projetos contínuos, tais como o Som da Rua, e nos esporádicos encontramos diversos workshops. Há uma aposta na democratização cultural por via do desenvolvimento de atividades dentro e fora de portas, frequentemente de carácter gratuito. Desta forma intenta-se ao alargamento do acesso à cultura a populações usualmente excluídas. Especificamente no que aos retratos sociológicos diz respeito, apenas nos é possível aprofundar um caso, embora outros também apresentem disposições sociais para o desempenho de cada um destes papéis culturais.

“A” O Artista

A pobreza surgiu em A. antes de este ter enveredado por um processo de exclusão social. Após a morte da mãe, e perante as dificuldades económicas da sua família de origem A. e dois irmãos foram institucionalizados na Casa do Gaiato. Se por um lado, o nosso

entrevistado identifica esse facto como uma realidade dolorosa e penosa, por outro, reconhece que a sua experiência de vida enquanto gaiato fora o mote para a curiosidade e o gosto pelas práticas culturais e artísticas. Reitera aliás a sua aprendizagem enquanto escape da sua realidade. Identificamos o seu papel de líder no campo artístico não apenas no Som da Rua mas também desde tenra idade quando participava em atividades culturais e artísticas na instituição que o recebeu. Esta participação foi para si o desenvolver de disposições artísticas heterogéneas, tendo tido, pois, aulas de canto assim como de representação teatral. Elenca essas experiências como ferramentas que lhe concedem hoje capacidade de interpretação e usufruto da arte no seu lado estético, assim como utilitário. A. conheceu a dura realidade da escravidão e da falta de um lar. Pela história de vida de A., nomeadamente ao que à cultura e à arte respeita, os efeitos da sua participação no Som da Rua, fazem-se menos sentir, no entanto, identifica o Som da Rua como um utensílio que possibilita um maior acesso à cultura, nomeadamente às atividades levadas a cabo pelo Serviços Educativos da Casa da Música, tais como o Verão na Casa e as Noites de São João, e ainda estar mais próximo de práticas culturais legítimas, tais como a cultura erudita, tendo ido assistir a um concerto de gamelão à Casa da Música. A. refere a utilidade da arte e da cultura do Som da Rua como combate à situação de isolamento e solidão, que lhe permitiu ultrapassar a fobia que sentia quando estava em grupo. A sua participação permitiu-lhe uma interiorização de normas e regras assim como de compromisso e responsabilidade. O contexto socializador heterogéneo ao qual acedeu permitiu que desenvolvesse motivação para, paralelamente, participar num novo projeto cultural e artístico “A Vida como a Arte”. Através desse projeto, utilizou a arte e a cultura para o desenvolvimento ativo da sua cidadania, tendo-se reunido entre indivíduos sem-abrigo, membros da Segurança Social do Porto, representantes políticos da Câmara Municipal do Porto e o NPISA para discutir políticas sociais e habitacionais para pessoas em situação de sem-abrigo. Confrontado com a ideia de ser um artista, embora, cumpra o seu papel, considera-se um amador, uma vez que não faz da arte a sua profissão. Continua pois com uma incapacidade de se projetar no futuro, considerando o presente omnipresente como um modo de vida.

Conclusão

No Som da Rua entendemos que as artes, por um lado, e a cultura, por outro, são dois importantes vetores da sociedade, fazendo o interface da relação entre as pessoas e o mundo, fomentando e enriquecendo as competências e experiências do ser humano, dado

o seu cunho didático, capacitante e de emancipação. A estreita ligação com as instituições sociais, assim como, com a Casa da Música, afigura-se fundamental enquanto relação de cooperação e vinculação entre as dimensões cultural, educativa e social através de políticas públicas adequadas. Um dos grandes papéis das artes é a sua capacidade formativa e capacitante, alicerce para a formação das pessoas e que lhes permite transpor barreiras, sejam elas sociais, culturais ou simbólicas. Ressalva-se, também, que a atividade artística e cultural é fundamental no processo de aprendizagem contínua das pessoas num contexto de vida informal. Desta forma, a aprendizagem informal de diversas áreas artísticas afigura-se como um mecanismo de adaptação criativa e autónoma à contemporaneidade. Sem terem consciência, ou talvez tendo, os indivíduos aprendem o ritmo, os sons, os tons, o que lhes permite tocar em instrumentos ou aperfeiçoar a sua voz para o cântico. A memória é também ela trabalhada ao longo dos ensaios na aprendizagem de novas letras com novas melodias. Ainda do Som da Rua apontam-se aprendizagens de competências gerais (e não apenas as técnicas) de onde se ressalva a capacidade de trabalho em equipa, de coordenação e de autodisciplina; capacidade de diálogo e tolerância intercultural assim como de interiorização de regras e normas a respeitar. Percebemos que o Som da Rua surge como um exemplo positivo da cooperação estruturada entre diversos parceiros sendo que é necessário apostar no esforço de coordenação entre administração regional e local e os responsáveis de políticas educativas. Tal como Fortuna et al. (2014) referem, este projeto é de cariz continuado o que possibilita a continuidade e a durabilidade da participação dos seus intervenientes. Ao elaborarmos retratos sociológicos a participantes do projeto conseguimos perceber a partilha de regularidades estruturais no caso do artista e do músico. Efetivamente, o processo de desfiliação e de desqualificação social é similar em ambas as trajetórias, proveniente do acumular de ruturas e perdas de laços horizontais, a chegada à situação de exclusão e pobreza é quase imediata. Ressalvam-se nesse momento, a importância das matrizes de socialização escolar e institucional na constituição das disposições sociais que desenvolveram após a morte da figura materna.

As disposições que se formam nos indivíduos, enquanto determinantes negativos nas relações que nutrem, são observáveis no reconhecimento narrativo dos próprios como fruto da convivialidade entre pares na rua aquando o processo de exclusão. O espaço da ilegalidade, bem como dos delitos e do crime que a rua proporcionou enquanto contexto socializador surge como a fonte para a pregnância de disposições sociais tais como a agressividade, a desconfiança, a independência e a libertinagem. A vergonha em abordar

mais aprofundadamente temas tais como, a pobreza extrema, a situação de sem-abrigo ou de consumo de droga é reflexo de um processo estigmatizado e de rotulação pelo qual cada um mais ou menos à sua maneira vivenciou.

Embora sejam percebidas percepções de mudança quer vindas dos participantes do Som da Rua, quer vindas dos profissionais da cultura, a mesma é sentida como um vazio no que respeita à continuação do trabalho do projeto por parte das instituições de solidariedade social que lhe estão afetas. Efetivamente, os entrevistados referem frequentemente a necessidade de poderem ter acesso a condições de igualdade não apenas no acesso à cultura, bem como, às políticas sociais e habitacionais. A este respeito, são de carácter importante as instituições a quem os indivíduos estão vinculados. Também os agentes intermediários do Som da Rua consideram ser necessária uma maior aproximação entre os diferentes atores sociais e culturais de modo a poderem operacionalizar um trabalho em rede mais coeso, de modo a nem sobrepor as atividades, nem deixar espaços de carência em determinantes dimensões dos indivíduos. É importante, finalmente, considerar a incapacidade de qualquer um dos nossos entrevistados para se projetar no futuro. Em consentâneo com um modo de vida retraído, assente numa lógica de desafeição social, qualquer um deles vive o presente como ele lhe é oferecido, considerando o futuro como algo inacessível. A investigação que aqui realizamos tentou demonstrar a importância de um projeto cultural levado a cabo por uma instituição de poder consagrado no campo musical, junto de um grupo social bastante distante quer do consumo cultural regular, entendido na lógica do público, por si só, quer da prática cultural ativa, entendida na lógica da participação cultural. O Som da Rua potencia na nossa perspectiva mais do que a participação cultural, a criação de disposições mais abrangentes de participação social. Tal facto poderá ser uma semente na inversão dos processos de exclusão e auto-exclusão a que a população sem-abrigo está usualmente vinculada, o que nos remete para a conclusão de que o trabalho que aqui apresentamos nada mais é do que a exploração para que outros se desenvolvam no futuro.

Esta comunicação defende a atividade artística e cultura como fundamental na intervenção social. Efetivamente as transformações sociais exigem uma nova perspectiva da sociedade contemporânea, e novos saberes do serviço social, que contrariam as tradicionais intervenções vinculadas à burocratização (ancoradas frequentemente nos problemas económicos). O projeto estudado demonstra-nos a necessidade de interventores sociais num novo cenário, aquele que se aproxima do “structural social work” defendido por Mullally (2007). Efetivamente o novo Serviço Social Estrutural,

deve segundo o autor, compreender que os problemas sociais são constituídos em estruturas (instituições sociais, processos sociais, práticas sociais, e relações sociais) da sociedade. Deve pois, rejeitar o foco no indivíduo como a causa do problema social, que culpa a vítima, e, pelo contrário perceber que para que se resolvam os problemas sociais, as estruturas sociais devem mudar. As desigualdades sociais são prioritariamente estruturais na natureza e não o resultado de diferenças inatas. As instituições estatais, tais como a justiça e o sistema educativo, funcionam como instrumentos de opressão e benefício de grupos privilegiados. A dicotomia tradicional entre, os indivíduos e a sociedade precisam ser desafiados; os problemas individuais não podem ser compreendidos separados do contexto social. As estruturas sociais, a ideologia e a consciência pessoal são interrelacionados – cada elemento ou componente da sociedade tem impacto nos outros. O conhecimento não é objetivo, e o conhecimento do grupo dominante forma as ideias reguladoras da sociedade e reflete os interesses do grupo dominante, frequentemente a expensas dos grupos subordinados. A perspectiva da mudança social deve ser adotada como resposta aos problemas sociais e à opressão, enquanto tal não acontecer, o Serviço Social convencional perpetuará os problemas sociais focando-se na mudança pessoal e/ou numa reforma social liberal mais do que numa mudança social fundamental. Serviço Social, cultura e arte parecem estar hoje numa relação uníssona no combate à exclusão social.